

DIREITO TRIBUTÁRIO

Esta apostila foi preparada pelo site ACHEI CONCURSOS - www.acheiconcursos.com.br

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

A competência para legislar sobre o direito tributário, financeiro e sobre orçamento é concorrente da União, Estados e Distrito Federal (art. 24, I e II, da CF), embora algumas leis orgânicas municipais abordem a matéria.

Cabe à União legislar sobre normas gerais, mas o Estado mantém competência suplementar. Se não houver lei federal, o Estado fica com a competência legislativa plena. Mas, sobreindo a lei federal, somente serão válidas as disposições estaduais que não contrariem as federais recém editadas.

PRELIMINAR: DIREITO FINANCEIRO

Direito Financeiro – trata do regramento jurídico da atividade financeira do Estado.

Receita – é ingresso de dinheiro aos cofres públicos. Todo ingresso de dinheiro chama-se entrada, entretanto, nem toda entrada compõe a receita do Estado. Temos:

- a) entradas provisórias: que não estão destinadas a permanecer nos cofres públicos (ex. caução), e
- b) entradas definitivas: que se realizam por meio da cobrança de tributos e dos preços públicos (tarifas)

- Modalidades de receita:

- a) extraordinária: auferidas nas hipóteses de anormalidade (ex. imposto extraordinário), receitas aprovadas e arrecadadas no curso do exercício do orçamento;
- b) ordinárias: de entrada regular, periódica, receitas previstas no orçamento;
- c) originária: (ou facultativas) – são oriundas do patrimônio do Estado e se traduzem no preços cobrados;
- d) derivadas: (ou compulsórias) – advêm de constrangimento do patrimônio particular (ex. cobrança de tributos);
- e) transferidas: repassadas por outro ente político, que as arrecadou, pelo sistema de cobrança de tributos, preços públicos ou tarifas;
- f) gratuita: é aquela que o Fisco arrecada sem nenhuma contrapartida (ex. herança jacente)
- g) contratual: que deriva de um ajuste (ex. compra e venda)
- h) obrigatória: é a arrecadada de forma vinculada, obrigatoriamente, como na cobrança dos tributos.

- O sistema de repartição das receitas tributárias está nos arts. 157 e seguintes da CF. A CF rege a transferência de receitas, determinando que é vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos destinados à transferência (art. 160), embora a União e os Estados não estejam impedidos de condicionar a entrega ao pagamento de seus créditos (art. 160, pú)

Orçamento: é a peça técnica que demonstra as contas públicas para um período determinado, contendo a discriminação da receita e da despesa, demonstrando a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- unidade (é uno, englobando as contas de todos os escaminhos da Administração),
- universalidade (todas as receitas e despesas devem estar incluídas no orçamento),
- anualidade (a lei orçamentária vigora por um único ano, de 01.01 a 31.12),
- não afetação (é vedada a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, o Estado deve ser livre para aplicar seus recursos)
- exclusividade (a lei orçamentária só deve conter dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação da despesa, admitindo a inclusão de autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito (art. 165, § 8º, CF)

Leis Orçamentárias: art. 165, caput, são:

- a) lei orçamentária anual;

- b) lei do plano plurianual: estabelece, por região, as diretrizes da Administração para as despesas relativas aos programas de duração continuada. Contém o planejamento geral do Governo a médio prazo. Nenhum investimento que ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual.
- c) lei das diretrizes orçamentárias: contera os planos para o exercício seguinte balizará confecção da lei orçamentária anual
- d) lei complementar – art. 165, I e § 9º, da CF, prevê que esta lei estabelecerá normas gerais para a elaboração das leis orçamentárias.

Processo Legislativo

- A iniciativa é exclusiva do Chefe do Executivo – art. 61, § 1º, II, b, da CF, que deverá enviar os projetos das leis orçamentárias. O Judiciário faz o encaminhamento da sua proposta junto com o Executivo – art. 84, XXIII e art. 99, § 1º.
- Se o Poder Legislativo não receber a proposta orçamentária no prazo fixado pela legislação, considerará como proposta a lei de orçamento vigente.
- O projeto será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, cabendo a uma comissão mista emitir parecer. É possível a apresentação de emendas na comissão mista, que sobre elas também emitirá parecer.

Despesa – toda despesa deve estar prevista no orçamento, sendo vedadas a realização de despesa ou a assunção de obrigações direitas que excedam os créditos orçamentário. Evidentemente, não é possível esquecer a necessidade de licitação pública.

- É vedada a realização despesa sem prévio empenho que é o ato emanado da autoridade que cria para o Estado a obrigação de pagamento. O empenho não pode exceder o limite do crédito concedido. O pagamento da despesa somente será feito após um procedimentos denominado liquidação de despesa, onde se identificarão a origem, o objeto, a importância e o credor. Após será emitida a ordem de pagamento pela autoridade competente.
- No caso de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, é permitido o regime de adiantamento, desde que expressamente previsto em lei. Consiste na entrega de numerário ao servidor, que efetuará depois a despesa.

- Classificam-se em:

- a) correntes (de custeio e transferências corrente);
- b) de capital (investimentos, inversões financeiras e transferência de capital);
- c) ordinárias (despesas comuns, renováveis, periódicas, amparáveis por crédito ordinários)
- d) extraordinária (de momento, anormais)

Controle e fiscalização financeira

A CF adotou dois métodos para o controle orçamentário:

a) controle interno: baseia-se na hierarquia. Cumpre à autoridade superior verificar a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes da Administração, o cumprimento do programa de trabalho. Os responsáveis por este controle, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária. O controle pode ser feito prévio, concomitante e posterior.

b) controle externo: é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, não há previsão de controle prévio, onde se exige o registro do ato antes da realização da despesa. Os Tribunais de Contas podem aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, como a multa proporcional ao dano causado ao erário. Podem também assinar prazo para que o órgão adote providências e representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos. A representação é feita ao Ministério Público. Embora não julguem pessoas, mas apenas contas, os Tribunais de Contas poderão sustar a execução do ato impugnado. Suas decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Ministério Público – as decisões e pareceres dos Tribunais de Contas e os julgamentos do Legislativo que dão as contas como irregulares, são enviados ao MP, que assumiu a função constitucional de grande fiscal da Administração, incumbindo-lhe a defesa larga do patrimônio público. Dispõe do inquérito civil e da ação civil pública para apurar responsabilidades e promover o ressarcimento do erário.

Dívida Pública – ocorre sempre que o Estado vem ao mercado financeiro tomar dinheiro. Pode ser:

- a) interna: se os recursos foram tomados de dentro do país;
- b) externa: tem raízes no estrangeiro e geralmente é dimensionada em moedas fortes, com reflexos na balança de pagamentos;
- c) fundada: empréstimos de médio e longo prazo;
- d) flutuante: empréstimos a curto prazo, como nas antecipações de receita,
- e) consolidada: quando a dívida fundada passa a ser perpétua.

- O não pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos pode provocar intervenção no Estado ou no Município.
- O Senado Federal é o órgão controlador da dívida pública, cabendo-lhe autorizar operações financeiras externas, fixar limites globais para o montante da dívida consolidada e para as operações de crédito externo e interno, dispor sobre a concessão de garantias da União nas operações de crédito e estabelecer limites e condições para o montante da dívida mobiliária.

DIREITO TRIBUTÁRIO - TEORIA GERAL

1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS

Direito Tributário: ramo do direito que estuda os princípios e normas que regem a tributação. Cuida da tarefa de criar tributo, desde a sua estruturação pela CF até o seu desaparecimento, não se preocupa com a arrecadação ou distribuição do tributo.

É um ramo novo (+ou- 50 anos).

A sua existência se justifica pelo estrago que o tributo faz na liberdade e propriedade das pessoas.

Tributação: só pode ser desenvolvida pelo Estado, representada pelas pessoas políticas (União, Est. Município. E DF).

Tributo: é uma obrigação *ex lege* em moeda, que não se constitui sanção por ato ilícito e tem como sujeito ativo, normalmente uma pessoa política e, por sujeito passivo, qualquer pessoa apontada na lei da entidade tributante.

a) é uma obrigação ex lege – Obrigação (não é algo especial, obrigação não é instituto exclusivo do Direito Civil) é o vínculo abstrato de conteúdo patrimonial, pelo qual, alguém, sujeito passivo, vê-se compelido a dar, fazer, não fazer ou suportar algo em favor de outrem, sujeito ativo.

O tributo deriva direta e imediatamente da vontade da lei, por isso, é uma obrigação *ex lege*.

Nasce da vontade do Estado contida na lei, em razão da ocorrência do **fato impositivo**, do fato gerador *in concreto*, ou seja, nasce do fato descrito na lei e, por ela considerado, apto a desencadear obrigações tributárias.

É diferente da obrigação *ex vontade* – a Fazenda não vai saber se o contribuinte queria ou não pagar. Por esta razão que a capacidade tributária passiva é diferente de capacidade civil (louco tem que pagar tributo)

b) em moeda - a lei só pode obrigar o contribuinte a pagar o tributo em moeda, não terá que pagar em espécie. Deve ser moeda corrente - reais. É obrigação de dar – *dare pecuniam*.

É possível, se o contribuinte quiser ou puder poderá pagar o tributo com algo que, em moeda, possa se exprimir.

Esta oferta tem que ser aceita pela Fazenda, isto porque, ela também tem o direito de receber em moeda, mas temos leis que a autorizam a aceitar esta oferta.

Esta forma de pagamento se chama Dação (art. 3º CTN).

Na história tivemos alguns casos de pagamento em espécie: no direito comparado as corvéias (pagamento com trabalho escravo) e no Brasil o quinto do ouro.

c) não constitui sanção - O tributo além de ser uma obrigação *ex lege* de dar moeda, não se constitui sanção por ato ilícito. O tributo não é multa. Tem por pressuposto a prática de um fato lícito qualquer, diferente de multa que pressupõe o descumprimento de um dever jurídico.

Um ato ilícito sozinho não pode gerar tributo, ele pode existir remotamente na cadeia (ex. bicheiro deve pagar IR). Prevalece a teoria *non olet* (não tem cheiro) que diz que não importa a origem do tributo, só não pode derivar diretamente de ato ilícito.

O tributo incide sempre sobre fatos que trazem riqueza, economicamente considerando (traz ganhos para a pessoa que praticar o ato).

Obrigação é uma relação jurídica e, portanto, tem SA e SP.

d) sujeito ativo: é o credor do tributo, é a pessoa que tem a titularidade do crédito tributário, que tem o direito subjetivo de cobrar, de arrecadar o tributo.

O direito subjetivo de cobrar o tributo se chama **capacidade tributária ativa**.

O sujeito ativo é, normalmente, uma pessoa política, aquela que cria em abstrato o tributo (quase sempre). Normalmente a mesma pessoa que exerce a competência tributária (aptidão para criar tributos) também tem a capacidade tributária (aptidão para cobrar o tributo).

O direito de **criar** tributo é indelegável mas, o de cobrar é delegável por lei editada pela pessoa política tributante, o que chamamos de **parafiscalidade**.

Parafiscalidade é quando terceira pessoa, diversa da que criou o tributo, venha arrecadá-lo, desde que tenha obtido autorização legal para isso. É a delegação de capacidade tributária ativa que a pessoa política, por meio de lei, faz a terceira pessoa, a qual, por vontade desta mesma lei, passa a dispor do produto arrecadado. Ex.: INSS. A parafiscalidade pode favorecer pessoas jurídicas de direito público e de direito privado perseguidoras de finalidades públicas (ex.: SESI, SESC, SENAC, Sindicados) - são chamadas de **entes paraestatais**

Pessoas privadas e particulares, em geral, não podem ser favorecidos pela Parafiscalidade, fere o princípio da igualdade e da destinação pública do dinheiro arrecadado com tributos (o trib. deve custear a coisa pública = princ. republicano)

e) sujeito ativo: é o devedor do tributo, é a pessoa que tem o dever jurídico de efetuar o pagamento do tributo, é a que tem **capacidade tributária passiva**.

Qualquer pessoa tem capacidade tributária passiva, inclusive as pessoas políticas, as jurídicas (autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas, empresas privadas) ou físicas, independentemente de ter ou não capacidade civil.

As pessoas políticas e as autarquias são imunes somente aos impostos, podendo Ter que pagar outro tipo de tributo.

Nascimento da obrigação tributária: o tributo nasce quando se verifica, no mundo em que vivemos (mundo fenomênico – mundo natural), o fato lícito (diferente de multa) e não-voluntário (decorre da vontade da lei) descrito na hipótese de incidência da norma jurídica tributária (é a lei da pessoa política competente).

2. ELEMENTOS DO TRIBUTO

Elementos do tributo: hipótese de incidência, suj. ativo e passivo, base de cálculo e alíquota.

a) hipótese de incidência: é o fato descrito na lei que acontecido faz nascer a relação jurídica tributária (o dever de pagar tributo) que tem por objeto a dívida tributária. Existe no mundo abstrato, é o tipo tributário, é o elemento diferenciador dos tributos (fato gerador *in abstrato*). Cuidado com a expressão fato gerador – é equívoca.

Fato imponível: é a ocorrência do fato que já era previsto em como apto a gerar uma obrigação tributária.

É a ocorrência real da descrição abstrata, é o fato típico do tributo (fato gerador *in concreto*).

Nasce o tributo quando ocorrer o FI que se ajusto a uma HI já prevista = **subsunção = tipicidade**.

HI é diferente de FI. HI = tipo penal e o FI = fato típico penal

A hipótese de incidência é como se fosse uma moldura, segundo estudos de Albert Hensel, catedrático da Universidade de Munique na Alemanha - só deves pagar tributo se realizas em todos os seus aspectos a hipótese de incidência.

b) base de cálculo: é a dimensão legal da materialidade do tributo. Deve guardar correlação lógica com a HI (está embutida na HI), se houver descompasso entre ambas nada poderá ser cobrado. (é elemento quantitativo). EX.: IR = a HI é obter rendimentos e a BC é o quanto do rendimento.

Na década de 60 em Porto Alegre criaram um IPTU que tinha por HI = ser proprietário e como BC = aluguéis (no lugar do valor venal, valor de mercado) - é inconstitucional.

c) alíquota: é o critério legal, normalmente expresso em %, que, conjugado à BC permite que se chegue ao *quantum debeatur*.

Não pode ser confiscatória (tributo confiscatório é o que retira do contribuinte o mínimo necessário para sua sobrevivência (a pessoa jurídica deve inclusive ter lucros para incentivos).

A BC e a alíquota são fixadas pela pessoa política tributante.

3. CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRIBUTOS

Classificar - é o procedimento lógico de dividir um conjunto de seres em categorias segundo critérios preestabelecidos.

I) Quanto as **ordens jurídicas** podem ser:

- a) federais (art. 153 e 154),
- b) estaduais (art. 155),
- c) municipais (art. 156) e
- d) distritais.

Quadro de Tributos	
Competência da União	Competência dos Estados, DF e Municípios
<ul style="list-style-type: none"> - impostos, - taxas, - contribuição de melhoria - contribuições sociais diversas (arts. 149; 195, § 6º; 212, § 5º e 240, CF) <ul style="list-style-type: none"> - empréstimo compulsório 	<ul style="list-style-type: none"> - impostos - taxas - contribuição de melhoria - só contribuição social previdenciária, cobrada de seus servidores, em benefício destes (art. 149, pú, da CF)

- Todas devem conviver simultânea e harmonicamente, cada qual obedecendo o seu campo de atuação, sem hierarquia (uma lei federal não pode criar tributo municipal e vice versa). Segundo José Roberto Vernengo só há hierarquia entre normas jurídicas quando umas extraem das outras a validade que a legitima, não é o que acontece, todas elas tem fundamento de validade na CF (não há hierarquia)

II) Quanto ao **fato estar ou não vinculado a atuação estatal** a CF, art. 145, classifica em:

- imposto,
- taxa e
- contribuição de melhoria.

Os impostos extraordinários, empréstimos compulsórios, contribuição parafiscal e as do art. 149 não são modalidades específicas de tributo, se enquadram nas três acima, conforme a HI.

a) Impostos: é o tributo que traz maior retorno econômico, mas juridicamente tem a mesma importância dos outros

É o tipo de tributo que tem por hipótese de incidência um fato qualquer não consistente numa atuação estatal (não vinculado).

É o tipo de tributo que tem por HI o comportamento de um contribuinte (ICMS, ISS, ITBI) ou uma situação jurídica na qual ele se encontra (IPTU, ITR, IPVA).

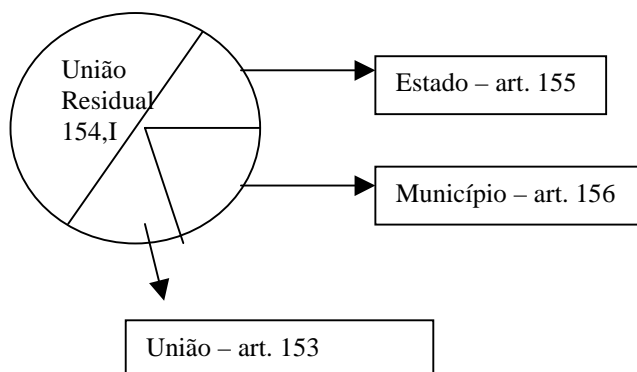
Advém de fatos regidos pelo direito privado e que tenham significado econômico (adquirir imóvel – Direito Civil). Em regra são criados por LO.

Tem seu fundamento de validade no *poder de imperium* (a pessoa tributa porque a CF lhe deu esta faculdade)

O dinheiro dos impostos deveria voltar à população mas, sem uma contraprestação (os mais ricos pagam mais e usam menos)

- **os impostos podem ser:**

- federais – art. 153 e 154, I (União tem competência impositiva explícita e implícita - residual),
 - estaduais – art. 155
 - municipais – art. 156.
 - distrital - a competência impositiva é somatória da est. e município - art. 155 *caput* e 147, parte final.
- a competência residual – é infinita e exige LC para sua criação
- Esta classificação é uma garantia para que não ocorra bitributação.



Quadro de Impostos		
Federais - art. 153	Estaduais - art. 155	Municipais - art. 156
- imposto sobre importação (II)	- transmissão <i>causa mortis</i> e	- propriedade predial e territorial
- imposto sobre exportação (IE)	doações (ITCD)	urbana (IPTU)

- produtos industrializados (<u>IPI</u>) - operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários (<u>IOF</u>) - imposto de renda e proventos de qualquer natureza (<u>IR</u>) - propriedade territorial rural (<u>ITR</u>) - imposto sobre grandes fortunas (<u>IGF</u>) (não está em vigor)	- circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (<u>ICMS</u>) - propriedade de veículos automotores (<u>IPVA</u>)	- transmissão (onerosa) <i>inter vivos</i> de bens imóveis (<u>ITBI</u>) - serviços de qualquer natureza (<u>ISS</u>)
Obs.: 1) A União tem ainda a competência residual, pode, por lei complementar criar impostos ainda não existentes da CF. Tem também competência para os impostos extraordinários. – art. 154, I e II. 2) Ao DF cabem tanto os impostos estaduais e os municipais, art. 32, § 1º e 147, CF; art. 18, II, do CTN) 3) IPI, II, IE e IOF não se sujeitam ao princípio da anterioridade.		

- **classificações econômicas:**

- reais (incide sobre coisa) ou pessoais (incide sobre pessoas). Para o direito todos os tributos são pessoais, porque coisa não pode ser polo passivo da obrigação tributária (casa não paga tributo)
- diretos (não repercutem – a carga econômica é suportada pelo realizador do fato impositivo - IR) e indiretos (repercutem – a carga econômica é, de algum modo, transferida para terceira pessoa, que é o consumidor final - ICMS).

A **restituição de impostos indiretos** – art. 166 é inconstitucional mas aplicado, a Sum. 546 STF proíbe esta restituição

Requisitos: I) quando o contribuinte de direito não tiver repassado ao contribuinte de fato a carga econômica do tributo, ou

II) quando tiver o repasse e o contribuinte de fato autorizar a restituição

- **imposto extraordinário:** permite que a União em caso ou na iminência de guerra externa, crie qualquer imposto, ainda que para isso invada o campo que, em época de paz, pertença a outra pessoa política - art. 154, II. Criado em 46 ainda não foi utilizado.

Não precisa respeitar as reservas de competências, tudo em razão do estado de beligerância, esta anomalia se justifica em razão da proteção da soberania nacional. Exige guerra externa ou sua iminência assim declarada pelo Direito Internacional.

Chamado imposto por motivo de guerra. Para sua criação exige LO.

É uma situação de tributação constitucionalmente autorizada.

Devem desaparecer quando cessada a causa que lhes gerou, não são perpétuos. Duas correntes: a) cessam assim que celebrada a paz ou b) devem ser gradativamente suprimidos, sendo válido até o exercício financeiro seguinte.

Não obedece o princ. da anterioridade.

- **princ. informador dos impostos:** capacidade contributiva - art. 145, § 1º, 1º p.

Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte – é efeito através da progressividade das alíquotas (ex.: IR tem alíquota de 15% e 27,5%, dependendo da renda mas, é raro) e aplica o sistema de deduções de algumas despesas (não se abate vestuário, alimentos, lazer, transporte, moradia, remédios. Na verdade deveria incidir só sobre supérfluos).

O ICMS e o IPI foram estruturados pela CF de maneira que impede a progressividade das alíquotas, aplicando a capacidade contributiva quanto a essencialidade dos produtos. Ex. calçados tem alíquota zero de IPI, diferente de bebidas.

Quanto ao ICMS não ocorre perfeitamente a alíquota seletiva, o art. 155, § 2º, III, da CF diz poderá ser seletiva, o que justifica a sua não aplicação mas, na verdade, é um poder-dever.

b) Taxas: é o tipo de tributo que tem por hipótese de incidência uma atuação estatal diretamente referida ao contribuinte. – art. 145, II.

A atuação estatal pode consistir em um: serviço público = taxa de serviço ou um ato de polícia = taxa de polícia.

O serviço público e ato de polícia podem ser gratuitos mas, se forem cobrados deve ser por taxa.

a) taxa de serviço: tem por HI um serviço público específico e divisível.

Serviço público é a prestação de utilidade material usufruível individualmente sob regime de direito público.

Temos duas modalidades:

- I) gerais (alcançam a comunidade como um todo, não se refere diretamente a ninguém, a título universal, *uti universi* – ex. iluminação pública, segurança pública, serviço diplomático, bombeiro etc.) e os
 II) específicos (alcançam pessoas individualmente consideradas, refere-se diretamente a alguém, *uti singuli*, dotados de divisibilidade, ex. iluminação domiciliar, água potável, telefone etc).

Os serviços gerais não podem ser remunerados por taxa de serviço, são mantidos através das receitas gerais da pessoa jurídica (impostos e multas), diferente dos serviços específicos que podem ser tributados por taxa.

Podemos ter o serviço efetivamente utilizado (taxa de serviço fruído) e o serviço colocado à disposição do contribuinte (taxa de serviço fruível). A taxa de serviço fruível (taxa mínima) só pode ser cobrada quando há um serviço de utilização compulsória, tem valor prestigiado pela CF, ex: serviço domiciliar de água potável para evitar epidemias, diferente dos correios, do pedágio (são de fruição facultativa, serviço específico e divisível).

b) taxa de polícia: tributos que tem por HI atos de polícia de efeitos concretos.

Ato de polícia é aquele que envolve o exercício do chamado Poder de Polícia, que consiste na faculdade que o Estado tem de observadas as diretrizes constitucionais baixar regras de nível legal ou infralegal para disciplinar o exercício dos direitos à liberdade e a propriedade compatibilizando com o bem comum (limitações).

Ex.: taxa de fiscalização e inspeção de bebidas alcoólicas (federal), taxa de porte de arma (estadual), taxa de licença para construir (mun.)

A taxa de polícia remunera as diligências necessárias para a prática do ato pois, estes, não são economicamente considerados (ex. um “de acordo”, uma certidão de antecedentes).

- **princ. informador das taxas:** princ. da retributividade – a finalidade da taxa é compensar a pessoa política pelo ato que presta, portanto, deve haver uma correlação entre o custo da atuação estatal e o valor cobrado a título de taxa, segundo certa dose de razoabilidade (não serve para encher os cofres públicos como os impostos).

- **art. 145, § 2º** - as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos (a CVM – taxa de comissão de valores mobiliários, tinha como base de cálculo o patrimônio líquido das empresas – típico de imposto – é inconstitucional)

No Direito Comparado temos:

- a) taxa de uso (uso de bens pertencentes ao domínio público – visita a museu) e
- b) taxa de obras (ex. taxa de pavimentação)

- **Tarifa = preço público = preço** = é o valor devido a título de serviço público ou ato de polícia de fruição facultativa; não precisa seguir o regime jurídico tributário; pode ser criado por decreto, portaria ou ato administrativo; não segue o princípio da anterioridade. Há muita divergência na distinção de taxa e tarifa e quais os serviços se enquadram em cada uma delas.

c) Contribuição de melhoria: é o tipo de tributo que tem por hipótese de incidência uma atuação estatal indiretamente referida ao contribuinte.

Tributo que tem por HI a valorização imobiliária causada por uma obra pública – art. 145, III.

Obra pública é a edificação, ampliação ou reforma de um bem imóvel pertencente ou incorporado ao patrimônio público.

Para a cobrança da contribuição é necessário a obra pública e que esta cause valorização no imóvel do contribuinte – relação causalidade (não precisa ser absoluta). Só pode ser cobrada depois de concluída a obra.

Base de cálculo é o *quantum* da valorização e a alíquota uma % deste valor (fixados por lei).

O valor é apurado através de cálculos atuariais. O contribuinte pode discordar dos cálculos feitos e pedir o seu refazimento.

Só pode ser cobrado uma vez para cada obra.

Os arts. 81 e 82 estabelecem os requisitos para sua cobrança, o que a torna quase impraticável.

- **princ. informador:** princ. da proporcionalidade – o contribuinte devolve à comunidade parte do especial benefício recebido em razão da obra.

* **Empréstimo compulsório:** são tributos e se classificam em imposto, taxa ou contribuição, conforme o regime jurídico que se constitui.

Somente a União pode instituir e exige LC.

Poderão ser criados para:

- I) atender as despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa ou sua iminência e calamidade pública e
- II) investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, obedecido o princ. da anterioridade (diferente do inc. I que pode incidir imediatamente).

Estes são pressupostos de criação deste tributo, só é possível empréstimo compulsório com relação a estas matérias.

Não importa a destinação dinheiro arrecadado, ele nunca perde sua natureza de tributo.

São restituíveis. A lei que o criou que deve estabelecer como serão devolvidos, cria um direito subjetivo ao contribuinte. Se foi pago em moeda deve restituir em moeda e no ser valor integral, incide correção monetária.

A União não pode criar empréstimo compulsório sobre tributos de competência de outras pessoas políticas.

O contribuinte tem direito de cessar o pagamento deste tributo se houver desvio de finalidade (art. 148, pú)

* **Contribuições:** a União por meio de LO. poderá criar contribuições tendo em vista:

- I) a intervenção na domínio econômico;
- II) interesse de categorias profissionais ou econômicas e
- III) custeio da seguridade social. - art. 149.

Devem obedecer o regime tributário.

São tributos qualificados pela finalidade e terão natureza de imposto ou taxa, dependendo da hipótese de incidência (não serão contrib. de melhoria)

4. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

- **Princípios:** são vetores das normas. As normas constitucionais não tem a mesma importância (ex. art. 5º, II e art. 87 – matéria infralegal). Não importa se está implícita ou explícita a sua importância se mede pela abrangência da norma.

Segundo Celso A. B. M. o direito é uma vasto edifício jurídico, tudo está previsto como uma obra arquitetônica.

a) Princípio da legalidade: art. 5º, II e art. 150, I, da CF - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei (princ. da universalidade da legislação).

- E mais, é vedado às pessoas políticas criar ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, deve ser lei da pessoa política competente (o sistema tributário foi redundante).

- Em razão deste princípio se exige que só lei reduza tributos, altere os prazos, parcelamento, obrigação acessória, enfim, tudo que for importante em matéria tributária deve ser previsto por lei.

- Alguns definem como princ. da estrita legalidade ou da reserva absoluta da lei formal o que leva ao princ. da **tipicidade fechada da tributação**, o que exige que a lei seja minuciosa, evitando o emprego da analogia ou da discricionariedade.

- Art. 153, § 1º representa uma aparente exceção (PR por decreto poderá aumentar alíquotas de II, IE, IPI, IOF).

b) Princípio da anterioridade: art. 150, III, b, da CF, comum do campo tributário, diz que a lei que cria ou aumenta tributo, ao entrar em vigor, fica com sua eficácia suspensa até o início do próximo exercício financeiro, quando incidirá e produzirá todos os seus efeitos no mundo jurídico (não adia a cobrança e sim suspende a eficácia, não há incidência). Este princ. e o da segurança jurídica evitam a surpresa.

- As isenções tributárias devem obedecer este princípio.

- Exceções: (rol exemplificativo) As exceções a este princípio não podem ser criadas pelo poder reformador, só pelo poder constituinte originário.

I) art. 150, § 1º - imp. sobre importação, exportação, IPI, IOF (podem ter alíquotas alteradas por decreto do PR) e imposto por motivo de guerra;

II) empréstimos compulsórios, nas hipóteses do inc. I – guerra e calamidade pública.

- O art. 195, §6º traz uma anterioridade especial (aparente exceção), chamado princ. da nonagésima (só podem ser cobradas 90 dias após a sua edição).

- Difere do princ. da anualidade (CF/46) que desapareceu em 1965 (EC 18/65) e pode ser criado nos Estados e municípios. (lei orçamentária é ato condição - votada em 01/07)

c) Princípio da segurança jurídica (ou irretroatividade): art. 150, III, a, - princ. universal do direito. A segurança jurídica em sua dupla manifestação que é a certeza do direito e a proibição do arbítrio exigem que as leis sejam irretroativas (só produzem efeitos para o futuro), salvo se para beneficiar o contribuinte (neste caso depende de previsão expressa, diferente do Dir. Penal). Como acontece no direito penal a lei deve ser anterior ao fato imponible.

- art. 106, I, do CTN – a lei interpretativa deve retroagir até a data da entrada em vigor da lei interpretada.

d) Princípio da Isonomia: a lei, em princípio, não deve dar tratamento desigual a contribuintes que se encontrem em situação equivalente. – art. 150, II, CF.

e) Princípio da Capacidade Contributiva: faz parte do princípio da isonomia, consiste em tratar os desiguais de modo desigual, podendo assim. O tributo ser cobrado de acordo com as possibilidades de cada um – art. 145, § 1º.

f) Princípio da Vedação de efeitos confiscatórios: o tributo deve ser razoável, não podendo ser tão oneroso que chegue a representar um verdadeiro confisco – art. 150, IV.

g) Princípio da Imunidade recíproca das esferas públicas: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço, uns dos outros - art. 150 VI, ^a

h) Princípio da Imunidade de tráfego: não pode a lei tributária limitar o tráfego interestadual ou intermunicipal de pessoas ou bens, salvo o pedágio de via conservada pelo poder público – art. 150, V, da CF e art. 9º, III, do CTN).

i) Princípio da Uniformidade nacional: o tributo da União deve ser igual em todo território nacional, sem distinção entre os Estados – art. 151, I, CF.

j) Princípio da Vedação de distinção em razão de procedência ou destino: é vedado aos Estados, ao DF e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino – art. 152, CF.

k) Princípio da Não-cumulatividade: por este princípio compensa-se o tributo que for devida em cada operação com o montante cobrado nas anteriores. Este princípio não é geral, sendo aplicado apenas no IPI, no ICMS e em eventuais impostos que vierem a ser criados pela União, na sua competência residual (arts. 152, § 3º, II; 155, § 2º, I; e 154, I). Na apuração contábil do IPI e do ICMS, o imposto a ser pago é lançado como débito, e o que já foi pago nas operações anteriores é lançado como crédito, a diferença entre esses débitos e créditos é que efetivamente deve ser recolhido em determinado período.

l) Princípio da Tipicidade: o tributo só incide no caso de fato ou situação típica, ou seja, de fato ou situação previamente descrita em lei.

5. REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Muitas vezes os tributos arrecadados por um ente público devem ser repassados para outros entes públicos, de modo total ou parcial. Vejamos alguns casos:

- A União deve repassar:

- a) aos Estados - o produto da arrecadação do IR incidente na fonte sobre rendimentos pagos por autarquias ou fundações públicas estaduais – art. 157, I.
- b) aos Municípios – 50% do ITR relativamente aos imóveis neles situados – art. 158,II

- O Estado deve repassar para os Municípios 50% do IPVA arrecadado em seus territórios – art. 158,III.

6. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Materiais	- são atos ou situações que dão origem à obrigação tributária	
Formais	Principais	- são leis em sentido amplos
	Secundárias	- são os atos administrativos normativos (decretos, regulamentos e portarias, etc), costumes administrativos e convênios
	Indiretas	- são a doutrina e a jurisprudência.

7. INTERPRETAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS

a) quanto ao sujeito que a realiza:

- I) autêntica: pelo próprio legislador;
- II) doutrinária: estudiosos do direito – não é fonte do direito; e
- III) judicial: feita pelo poder Judiciário – podem formar jurisprudência – não é fonte do direito.

b) quanto aos meios de que se vale o intérprete:

- I) gramatical ou literal;

II) lógica: vale-se de elementos sistemáticos e teleológicos

c) quanto aos resultados que produz:

- I) extensiva: a interpretação vai além da lei;
- II) restritiva: fica aquém da lei; e
- III) declaratória: fica nos estritos limites da lei

8. INTEGRAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS

A integração é necessária para as hipóteses de omissão da lei, o que é feito por critérios, que se apresentam sucessivamente:

a) analogia: é a aplicação, a uma caso não previsto, de regra que rege hipótese semelhante. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, art. 108, §1º, CTN.

b) princípios gerais de direito tributário: são critérios que se estendem por todos os assuntos de direito tributário, como a legalidade estrita, ou os critérios da anterioridade, etc.

c) princípios gerais de direito público: são critérios maiores que se estendem por todos os ramos do direito público, abrangendo, portanto, também o direito tributário. Entre tais critérios estão os princípios da legalidade, da moralidade, supremacia do interesse público, etc.

d) equidade: é a adaptação razoável da lei ao caso concreto (bom senso). Mas o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa de pagamento de tributo devido – art. 108, §2º, CTN.

e) costume: refere-se às práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas – art. 100, III, CTN.

9. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

- É a aptidão para criar *in abstracto* tributos, descrevendo legislativamente (lei) todos os seus elementos (hipótese de incidência, sujeito ativo e passivo, base de cálculo e alíquota).

- Exercitar a competência é dar nascimento, no plano abstrato, a tributos. Inclui a competência para aumentá-los, isentá-los, diminuí-los, etc.

- Só as pessoas políticas tem competência tributária.

- Características:

a) privativa: cada pessoa política tem seus próprios tributos;

b) inaducável: não está submetida a prazo para ser validamente exercitada (ex. imp. sobre grandes fortunas);

c) exercício facultativo: a pessoa política é livre para criar ou não o tributo – exceção ICMS que é de exercício obrigatório;

d) inampliável: não pode ir além das raízes constitucionais, só é possível alargamento por força constitucional, admite por emenda;

e) irrenunciável (pode deixar de exercitar mas, não pode abrir mão em definitivo); O legislador de hoje não pode criar entraves para o de amanhã.

f) indelegável (não pode delegar o que recebeu por delegação, na verdade, o que se delega é a capacidade tributária – art. 7º).

10. SUJEITO PASSIVO

O contribuinte pode ser:

a) de fato: é o destinatário da carga econômica (interessa aos economistas); e

b) de direito: que figura no polo passivo da obrigação tributária (pode ser pessoa física ou jurídica) e se divide em:

I) direto (realizador do fato imponible, paga o tributo a título próprio, chamado contribuinte);

II) indireto (não é o realizador do fato imponible, paga o tributo a título alheio e depois se ressarcie, chamado responsável, é indispensável a existência de uma relação jurídica entre o responsável e o contribuinte, só é possível nos impostos)

A sujeição passiva indireta existe para facilitar a arrecadação, a necessidade da relação jurídica é para que o ressarcimento seja feito de plano. Pode se dar:

I) por transferência: que se dá quando o dever de pagar o tributo, tendo nascido na pessoa do contribuinte, desloca-se para a pessoa do responsável, em decorrência de um fato novo prestigiado pela lei. Pode ser por:

- **solidariedade** (quando duas ou mais pessoas são co-obrigadas pela lei a responderem pelo pagamento do mesmo tributo). Só admite solidariedade legal, lei da pessoa política tributante (ex. IPTU dos comunheiros, não admite benefício de ordem);
 - **sucessão** (dá-se quando primitivo devedor desaparece do polo passivo, deixando juridicamente quem lhe faça as vezes, pode ser *causa mortis* ou *inter vivos*) ex. morre e deixa herdeiros e herança (ativo e passivo) e em presa A adquire ativo e passivo da empresa B ;
 - **responsabilidade legal** (dá-se quando pessoa que tinha o dever de zelar pelo recolhimento do tributo por parte do contribuinte não o faz e, por isso, o tributo acaba não sendo pago) ex. tabelião antes de lavrar a escritura de fiscalizar o pagamento do ITBI, se ele não for recolhido terá que pagar.
- II) por substituição:** dá-se quando o dever de pagar o tributo, por expressa determinação legal, nasce de imediato na pessoa do responsável (ex. IR na fonte, nasce na pessoa do empregador)
- Obs.:** os pactos celebrados entre particulares não alteram o polo passivo da relação tributária, não valem para a Fazenda Pública - art. 123 do CTN.

Sujeito Passivo			
1. de fato			
2. de direito	- direto		
	- indireto	- por transferência	- solidariedade, - sucessão, - responsabilidade legal.
		- por substituição	

11. INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS ADMINISTRATIVAS

A responsabilidade por infrações tributárias é objetiva, independe da intenção com que foram praticadas e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, salvo disposição legal em contrário – art. 136, CTN. Segundo a doutrina este princípio não é absoluto, a responsabilidade poderá ser excluída se o contribuinte ou responsável puder provar que não houve descuido ou negligência, nem intenção de lesar o Fisco (inverte-se o ônus da prova).

O CTN permite remissão do crédito tributário atendendo ao erro ou ignorância escusáveis quanto à matéria de fato – art. 172, II, CTN.

As sanções tributárias administrativas podem consistir em multa, apreensão de mercadorias, veículo ou documentos, perda de mercadorias, proibição de contratar com o poder público, sujeição a sistema especial de fiscalização, prisão administrativa, etc.

A prisão administrativa só cabe nos casos de depositário infiel, ou seja, de responsável que deteve o tributo e não o repassou para o Fisco, ex. IR retido na fonte. Atualmente a prisão administrativa só pode ser decretada pelo juiz competente – art. 5º, LXI, CF.

A penalidade pela infração tributária administrativa pode ser excluída por denúncia espontânea, acompanhada do pagamento devido e dos juros de mora – art. 138, CTN.

12. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

- É um ato administrativo de aplicação da lei tributária material ao caso concreto - é a fase em que o crédito tributário se torna **líquido e certo**, isto é, certo quanto a sua existência e quanto ao seu valor (diferente de quando ocorre o fato imponible em que o crédito tributário é ainda ilíquido e incerto).
- É o mecanismo jurídico que dá liquidez, certeza e exigibilidade ao crédito tributário (só depois do lançamento que ele pode ser cobrado).
- O surgimento da obrigação tributária é lógica e cronologicamente anterior ao lançamento.
- Responde cinco perguntas: 1) Quem é o contribuinte? 2) Quanto ele deve ao fisco? 3) Onde ele deve efetuar o pagamento? 4) Como ele deve efetuar o pagamento? 5) Quando ele deve fazer o pagamento?

- **Características:** é ato administrativo vinculado (no estrito termo da lei – a lei vigente à data da ocorrência do fato imponible – sob pena e crime de desobediência e responsabilidade funcional)

- É ato declaratório (não cria uma situação nova).

- Produz efeitos *ex tunc* (retroage à data da ocorrência do fato imponible).

- Goza de presunção de legitimidade e veracidade (é ato adm.) até prova em contrário, o ônus é do contribuinte.

- Só é passível de anulação (não é passível de revogação, é ato vinculado) - Ação anulatória de débito fiscal.

- Deve ser levado a conhecimento do contribuinte através da **notificação**, que é ato administrativo que não se confunde com o lançamento mas, lhe dá eficácia. Deve ser na pessoa do contribuinte, salvo se esgotados os meios razoáveis se recorre ao edital. É acessório ao ato principal que é o lançamento, portanto, segue o seu destino – nulo o lançamento, nula a notificação, a recíproca não é verdadeira.

- **Espécies de lançamento:** (de acordo com a maior ou menor participação do fisco)

- a) direito (feito só pelo fisco) - ex. IPTU;
 - b) misto (fisco e contribuinte) – ex. IR, contribuinte entrega os cálculos e a Fazenda confere; e
 - c) por homologação (só contribuinte e o fisco confere regras formais de cálculo) - ex. ICMS (se não estiver de acordo impõe multa).
- O tributo com a ocorrência do fato imponible, o lançamento e a notificação está “em termos”, isto é, em condições de ser pago pelo contribuinte e cobrado pela fazenda pública, caso não seja pago poderá dar ensejo ao Auto de Infração.

13. AUTO DE INFRAÇÃO (AIN)

Não equivale ao lançamento, é ato administrativo diferente, vejamos os cinco elementos (segundo Hely):

Elementos do ato adm.	Lançamento	Auto de infração (AIN)
Sujeito	Agente fiscal	Agente fiscal
Forma	Auto	Auto
Motivo	Por ter ocorrido o fato imponible	Por ter ocorrido o descumprimento de um dever jurídico tributário
Finalidade	Possibilitar o recolhimento do trib.	Possibilitar o recolhimento da multa
Objeto	Formalizar o crédito tributário	Formalizar a sanção tributária

Os três últimos elementos são diferente, portanto, são atos administrativos diferentes.

14. CAUSAS SUSPENSIVAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - Art. 151 do CTN

É o ato ou o fato a que a lei atribui o efeito de adiar a exigibilidade do tributo. São:

- a) Moratória** = é a prorrogação do prazo inicial para pagamento do tributo – art. 151, I
 - exige lei ordinária. – Só a entidade tributante pode conceder moratória
 - art. 152 do CTN é inconstitucional mas, ainda não foi objeto de ADIN.
 - Moratória é diferente de parcelamento que consiste em novação (nova obrigação, nova data, novo valor com a extinção da obrigação anterior)
 - é uma medida de política fiscal (consequência de crises).
- b) Depósito integral do montante tributado** = para que seja causa suspensiva deve ser depositado o valor integral cobrado pela Fazenda Pública.
 - Se o contribuinte perder, nada será cobrado já que a conta judicial faz atualização e se ganhar o dinheiro será devolvido com correção monetária (a FP não quer mas, o Judiciário exige).
 - o depósito é uma faculdade para o contribuinte não um dever (o art. 38 da Lei 6830/80 que exige o depósito é considerada pelo PJ. Inconstitucional, apesar de não ter decisão expressa)
 - não é possível condicionar a liminar de MS à realização do depósito, se presentes os requisitos para concessão da segurança.
- c) Interposição de recurso administrativo** = só será causa suspensiva se o recurso tiver efeito suspensivo, sendo assim, a Fazenda Pública não poderá ajuizar a Execução Fiscal, enquanto não decidido o recurso.
 - o contribuinte não precisa esgotar as vias administrativas para ir ao judiciário - é faculdade.
 - decisão administrativa não faz coisa julgada, é possível a FP ajuizar ação judicial contra o julgamento administrativo, isto porque, o judiciário é para todos, é universal.
- d) Concessão de liminar** = a tutela antecipada pode ser considerada como uma liminar - é também uma antecipação de tutela.
 - liminar de MS não vincula o juiz, ele pode caça-la a qualquer momento e, por fim, denegar a segurança (não é possível denegar a segurança e não caçar a liminar).
 - liminar pode ser restabelecida pelo tribunal *ad quem*, pelo relator se distribuída a ação ou pelo presidente do tribunal antes da distribuição.
 - as obrigações acessórias persistem mesmo que suspensa a exigibilidade do crédito tributário – art. 151, pú.

15. CAUSAS EXTINTIVAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - Art. 156 do CTN

- Na verdade são causas extintivas da obrigação tributária e, não somente, do crédito tributário. São elementos da obrigação: sujeito ativo, passivo e crédito tributário – atingido qualquer deles desaparece a obrigação.

- A obrigação não se perpetua no tempo, nasce para morrer e, com sua extinção desaparece o estado de sujeição do contribuinte.

- São causas extintivas: (rol exemplificativo)

a) pagamento = causa extintiva por excelência.

Pode ser considerado:

I) quanto ao tempo: a lei estabelece os termos genéricos e o lançamento fixa 30 dias da notificação. Se feito em prestações sucessivas aplica o vencimento antecipado, salvo com relação ao IPTU

II) quanto ao lugar: domicílio da pessoa física ou sede da pessoa jurídica (hoje é feito em rede bancária o que ajuda muito)

III) quanto ao modo: deve ser em moeda corrente ou equivalente (cheque, TDP resgatáveis, selo ou estampido (correio, cigarro, bebida importada e zona azul), cheque administrativo)

* **Repetição do indébito:** o contribuinte tem o direito de pagar só o que deve e o que for pago a maior (indébito tributário) deve ser restituído. - Ação de Repetição de Indébito

- em regra a FP se recusa a restituir e nega os juros e a correção monetária.

- a legitimidade é de quem recolheu a maior, ainda que tenha culpa pelo erro.

- prazo: prescreve em 5 anos da data do recolhimento (passado este prazo persiste o direito de restituir mas não pela ação de repetição) – art. 168 ou em 2 anos contados da data da decisão administrativa que denegou o pedido de repetição – art. 169 (quando esgota a via administrativa).

- tributos indiretos: requisitos do art. 166, CTN

b) remissão = é um perdão legal do crédito tributário (diferente de remição que significa pagamento).

- concedido por lei (lei remissiva – deve ser a mesma espécie normativa que criou o tributo) da pessoa política tributante (lei específica – uma pessoa não pode perdoar tributo de outra)

- é medida de política fiscal

- para os doutrinadores atinge só o tributo mas, o CTN inclui também a multa (perdão de multa é anistia)

c) compensação = é o encontro de contas do fisco e o contribuinte, cada um é devedor e credor do outro.

- é possível mesmo quando os valores forem diferentes.

- Requisitos: I) mesmas partes II) créditos liquidados (líquido e certo) e III) autorização legislativa para compensar.

- Espécies: I) convencional (não permitida) e II) legal (possível)

d) transação = é um acordo celebrado em lei entre o fisco e o contribuinte (exceção do parcelamento que não exige a lei), a primitiva obrigação desaparece cedendo lugar à nova obrigação (novos valores e novas datas)

- leva à novação (em matéria tributária)

e) prescrição = é a perda do direito de ação e, de toda sua capacidade defensiva, por não ter sido exercida durante certo tempo (desaparece a ação que viabiliza o direito, mas não o direito)

- o prazo prescricional pode ser suspenso ou interrompido

- Requisitos (devem estar todos presentes):

I) existência de uma ação exercitável;

II) inércia do titular desta ação;

III) prolongamento de inércia durante certo tempo;

IV) ausência de qualquer fato que a lei atribua o efeito de impedir, suspender ou interromper a fluência do lapso prescricional

- só ocorre depois do lançamento (quando começa a ser contada)

- quem paga tributo prescrito não tem direito a restituição - art. 174 do CTN

* Causas suspensivas da prescrição:

I) art. 151 – moratória, depósito do montante, recurso administrativo e concessão de liminar (as que suspendem o crédito tributário);

II) art. 2º, § 3º da LEF - a FP quando inscreve em livro próprio a dívida ativo do contribuinte inadimplente terá 180 dias para tomar as providências, ficando suspensa a prescrição;

III) art. 40, da LEF – suspende o prazo se o contribuinte não for encontrado para a citação ou não tiver bens que garantam a execução (suspende indefinidamente)

* Causas interruptivas - art. 174, p.º, do CTN -

I) citação pessoal feita ao devedor (considera interrompida da data do despacho que ordena a citação);

II) protesto judicial (não vale extrajudicial);

III) qualquer ato judicial que constitua em mora do devedor (ex. notificação, interpelação judicial ou intimação);

IV) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor (ex. pedido de parcelamento)

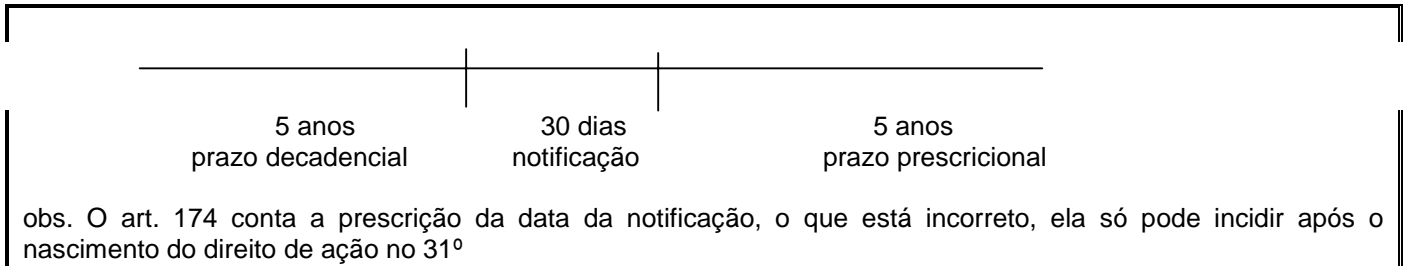
f) decadência = é a perda do direito pelo seu não exercício por certo lapso de tempo.

- não se suspende, nem interrompe.
- o lançamento é um divisor entre a prescrição e a decadência, antes do lançamento só ocorre decadência
- quem paga tributo lançado a destempo (depois de ocorrida a decadência) tem direito de restituição (diferente da prescrição)

- o início o prazo decadência varia dependendo do tipo de lançamento:

I) direto ou misto (art. 173) – decai em 5 anos, contados do primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (a lei fixa a data em que deve ser realizado)

II) por homologação (art. 150, § 4º) – a fazenda pública pode homologar em até 5 anos da ocorrência do fato imponible se, permanecer em silêncio ocorre a homologação tácita e, com isso, a extinção da obrigação, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, quando o prazo passa a ser de 20 anos.



* A doutrina admite também outras três formas de extinção da obrigação tributária, são:

a) confusão = ocorre quando o fisco se torna ao mesmo tempo credor e devedor do mesmo tributo

- é um fenômeno mais comum que a transação
- ex.: herança declarada vacante

b) desaparecimento, sem sucessor, do sujeito ativo ou do sujeito passivo do tributo = desaparece a obrigação tributária em razão da falta de um de seus elementos

I) sujeito ativo – é raríssimo (ex. municípios que foram inundados para formar represas. O Estado da Guanabara não é ex., deixou o Rio de Janeiro como sucessor)

II) sujeito passivo - contribuinte morre deixando dívidas mas não deixando bens (os herdeiros só respondem pelas dívidas até as forças da herança)

16. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a) Incidência – quando ocorre o fato imponible (ocorre o fato que realizou a hipótese de incidência tributária)

b) Não incidência – quando não ocorre nenhum fato ou, quando ocorre um fato tributariamente irrelevante.

- Alguns fatos podem se tornar relevantes quando a pessoa política cria o tributo e, outros, nunca serão relevantes porque são cobertos constitucionalmente pelas imunidades.

c) Imunidades - é a hipótese de não incidência tributárias constitucionalmente qualificada (diferente de isenção que é previsão de lei).

- o desrespeito a uma imunidade leva a inconstitucionalidade, há quem entenda que são cláusulas pétreas e só podem ser alteradas pelo poder constituinte originário.

- só dizem respeito a imposto (não há imunidade de taxas e contribuição de melhoria – o art. 5º, XXXIV é aparente exceção).

- as expressões de taxa para direito de petição, de certidão para instruir processo são usados no sentido atécnico do termo taxa.

- As imunidades podem ser:

I) genéricas: art. 150, VI, da CF e

II) específicas: art. 153, § 2º, II (IR); art. 153, § 2º, III (IPI); art. 153, § 4º (ITR); art. 155, § 2º, X, a, b e c (ICMS); art. 155, § 3º; art. 156, II e § 2º, I (ITBI); art. 184, § 5º etc.

d) Isenções - é uma hipótese de não incidência tributária legalmente qualificada

- admite-se a isenção feita por qualquer espécie normativa - lei ordinária é a regra, é possível lei complementar em hipóteses restritas (impostos residuais e empréstimo compulsório), decreto legislativo federal (tratados) e decreto legislativo estadual (ICMS – *sui generis*) - não podem ser criadas por decreto, ato administrativo, medida

provisória etc. - a lei que revoga uma isenção deve obedecer ao princípio da anterioridade, já que recria o tributo.

- as isenções, diferente das imunidades podem incidir sobre impostos, taxas e contribuições de melhoria.

- Podem ser:

I) autônomicas (concedida pela própria pessoa política que cria o tributo) e

II) heterônoma (pessoa política diferente – art. 155, § 2º, XII, “e” e art. 156, § 3º, II) a CF que criou estas exceções;

III) transitórias (com prazo certo) e

IV) permanentes (com prazo indeterminado) é a regra;

V) condicionada (com encargo, chamada bilateral ou onerosa) e

VI) incondicionada (sem qualquer encargo, unilateral ou gratuita)

*** Diferenças:**

Isenção	Remissão	Anistia
Impede que o tributo nasça	Faz desaparecer o tributo já nascido	Faz desaparecer a sanção decorrente de um ilícito fiscal praticado
Hipótese de não incidência tributária legalmente qualificada	É um perdão legal do débito tributário	É o perdão legal da multa fiscal
Causa excludente do crédito trib.	Causa extintiva do crédito trib.	Causa excludente do ilícito tributário
A lei isentiva é anterior ao nascimento do tributo	A lei que concede remissão é posterior ao nascimento do tributo	-----

PROCESSO TRIBUTÁRIO

Instituto da Consulta - o contribuinte ou responsável pode consultar a Fazenda sobre o modo exato de cumprir determinada obrigação. Na pendência da consulta não se inicia a ação fiscal, nem se aplicam penalidades. Na resposta, pode a Fazenda intimar o consulente a cumprir determinada obrigação. O procedimento da consulta permite recurso e a reapreciação da matéria em segunda instância, por autoridade superior. A Fazenda pode considerar a consulta ineficaz ou incabível, faculdade, essa, da Fazenda, que certamente deve desestimular a apresentação de consultas. Não produz efeito a consulta formulada, por exemplo, por quem já foi intimado a cumprir a obrigação, ou está sob ação fiscal referente ao assunto, ou quando a matéria estiver definida em lei expressa ou ato normativo.

Processo Administrativo

Na Administração Pública o procedimento é geralmente livre ou discricionário, só se exigindo formalismo quando determinado por lei. No âmbito federal o procedimento fiscal inicia-se pela notificação de lançamento, pelo auto de infração ou pela apreensão de livros e mercadorias.

Segue-se com o pagamento do tributo devido, ou a impugnação do interessado, dentro dos prazos fixados, geralmente 30 dias.

A impugnação é julgada geralmente pelos Delegados da Receita Federal, na área da União, ou pelo Delegado Regional Tributário, na área estadual (em SP), ou por órgãos auxiliares, como Seções de Julgamento, em decisão de primeira instância. Esta decisão pode ser revista, em segunda instância, pelo Conselho de Contribuintes ou, na esfera estadual (em SP) pelo Tribunal de Impostos e Taxas (TIT).

O processo administrativo tributário culmina com a inscrição da dívida apurada no Livro da Dívida Ativa – art. 201 do CTN e art. 2º, § 5º, da Lei 6830/80. A dívida regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez, podendo ser atacada ou eliminada pela prova em contrário. A Certidão de Dívida Ativa constitui título executivo, habilitando a Fazenda a ingressar em juízo, com ação de execução fiscal, para expropriar bens do devedor, tantos quantos bastem à satisfação do débito tributário.

Processos Judiciais

A Fazenda pode propor contra o contribuinte ou responsável as medidas judiciais, como, por exemplo, execução fiscal, ação cautelar fiscal, arrestos, seqüestro, etc.

Pela ação cautelar fiscal, prevista na Lei 8.397/92, a Fazenda pode obter a declaração de impenhorabilidade dos bens do devedor, no limite do crédito tributário.

Ao contribuinte ou responsável é permitido opor embargos à execução, ação declaratória de obrigação fiscal indevida, ação consignação em pagamento, ação de repetição de indébito, ações cautelares, ações anulatórias de débito, mandado de segurança, etc.

Execução Fiscal

Nesta ação a Fazenda ingressa em juízo para a cobrança forçada do crédito tributário. Podem mover execução fiscal a União, os Estados, o DF, os Municípios, bem como as respectivas autarquias e entidades que detenham capacidade tributária por delegação. Não podem as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Rege-se pela Lei de Execução Fiscal (LEF), Lei n.º 6.830/80 e, subsidiariamente o CPC.

O crédito fiscal tem preferência sobre qualquer outro, ainda que tenha garantia real. Executa-se o crédito trabalhista, que ocupa o primeiro lugar na ordem das preferências legais, acima da Fazenda – art. 186 do CTN. Os credores hipotecários, pignoratícios, anticréticos, não podem opor ao Fisco a garantia real de que são titulares.

- Concurso de preferência entre Fazendas:

- a) União e suas autarquias;
- b) Estados, DF e suas autarquias, em conjunto e *pro rata* (proporcionalmente);
- c) Municípios e suas autarquias, em conjunto e *pro rata* (proporcionalmente) – art. 29, pú, LEF e art. 187, pú, do CTN;

- O MP não intervém nas execuções fiscais, salvo se houver interesse de incapaz ou outro motivo previsto no art. 82 do CPC..

- É possível a execução de uma fazenda contra a outra.

- A petição inicial deve vir acompanhada pela Certidão da Dívida Ativa (CDA), que tem presunção relativa de liquidez e certeza – art. 3º, LEF. A execução abrange o devedor e o responsável tributário, sem que haja necessidade do nome deste figurar na CDA.

- A citação é feita pelo Correio, com A.R., podendo também ser feita por oficial de justiça, se a Fazenda assim requerer – art. 8º, LEF. Pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado – art. 8º, II.

*** Seguir o procedimento com o fluxograma no final da apostila.

IMPOSTOS

1. IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO – II

Competência – União, art. 153, I, da CF

Fato imponible – entrada no país de mercadoria a ele destinada (e não apenas de passagem). - A formalização dá-se no desembaraço aduaneiro. Território aduaneiro é a área onde pode ser exigido o tributo, ou seja, todo o território nacional. A zona primária do território aduaneiro refere-se aos portos, aeroportos e outros locais alfandegados. A zona secundária abrange o território restante.

- Função extrafiscal – especial função como instrumento regulador do comércio exterior

Este imposto não obedece ao princípio da anterioridade – art. 150, § 1º, CF

Alíquota – pode ser específica, tendo em vista o modo de medir o produto (ex. por quilo, metro, etc), ou *ad valorem*, tendo em vista apenas o valor do bem – art. 20, CTN. As alíquotas podem ser alteradas pelo Executivo – art. 153, § 1º, da CF e art. 21 do CTN.

Na importação incidem três impostos: II, IPI, ICMS. O IPI é calculado sobre a mercadoria mais os valores do II, das taxas e dos encargos cambiais – arts. 153, I e IV e art. 155, § 2º, IX; art. 47, I, do CTN e art. 2º, § 1º, I, da LC 87/96.

2. IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO – IE

Competência: União – art. 153, II, da CF.

Fato imponible: saída de produtos nacionais ou nacionalizados, para o exterior. Nacionalizados são os importados que aqui foram beneficiados ou transformados. A formalização dá-se no momento da expedição da guia de exportação ou documento equivalente.

Função extrafiscal: instrumento regulador do comércio exterior;

Não anterioridade: não se sujeita ao princípio da anterioridade – art. 150, § 1º, da CF

Alíquota: 10%, podendo ser reduzida ao índice zero, ou aumentada até quatro vezes – art. 153, § 1º, da CF.

Não incidência do ICMS nas operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços – art. 3º, II, da LC 87/96.

3. IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA – IR

Competência: União – art. 153, III, da CF

Fato imponible: aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza – art. 43, CTN. A disponibilidade de econômica é a de fato – art. 116, I, CTN e a disponibilidade jurídica é a obtida pelo preenchimento de formalidade legal (ex. recebimento de doação de imóvel) – art. 116, II, CTN. (assunto não é pacífico). De qualquer forma não há renda nem provento sem acréscimo patrimonial. Por isso, pode-se dizer que o fato gerador do imposto é o acréscimo patrimonial.

Renda: é o produto do capital, ou do trabalho, ou da combinação de ambos – art. 43, I, CTN.

Proventos: são todos os outros acréscimos patrimoniais, como aposentadorias, pensões, etc.

Sujeito passivo: é a pessoa física ou jurídica que registra acréscimos em seu patrimônio (contribuinte). Pode ser também quem tem a obrigação de reter o imposto na fonte (responsável)

4. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS – IPI

Competência: União – art. 153, IV, da CF

Consideram-se produtos industrializados os modificados ou aperfeiçoados para o consumo – art. 46, pú. A industrialização consiste em beneficiamento, transformação, montagem, acondicionamento ou renovação.

Fato imponible: dá-se com:

a) o desembaraço aduaneiro do produto, quando de procedência estrangeira – art. 46, I. O IPI, no caso, incide não só sobre o preço da mercadoria, mas também sobre o que foi pago a título de imposto de importação, taxas e encargos cambiais – art. 47

b) a saída do produto do estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante. No caso de comerciante o IPI só é devido nos produtos sujeitos ao imposto e se ele vender o produto para um industrial – art. 51, III, CTN.

c) arrematação, em leilão, de produto apreendido ou abandonado – art. 46, III, CTN

Seletividade: o IPI tem alíquota maior ou menor, conforme a essencialidade do produto.

Não cumulatividade: o IPI pago numa operação deduz-se do IPI a ser pago na operação seguinte, na passagem da mercadoria de uma empresa para outra (ou de um estabelecimento para outro, da mesma empresa – art. 51, pú, CTN). Mas não entram no cômputo produtos destinados ao ativo permanente, que não fazer parte do processo de industrialização.

Não anterioridade: o IPI não se sujeita ao princípio da anterioridade – art. 150, § 1º, CF

Não incidência na exportação: não incide IPI nos produtos destinados ao exterior – art. 153, § 3º, III. Tecnicamente, trata-se de imunidade, uma vez que a dispensa é dada pela própria CF.

5. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - IOF

Competência: União – art. 153, V

Função extrafiscal: pode ser também usado como instrumento da política financeira.

Incide sobre as operações mencionadas e também sobre o ouro, quando definido por lei como ativo financeiro – art. 153, § 5º.

Não anterioridade: o IOF não se sujeita ao princípio da anterioridade – art. 150, § 1º, CF

6. IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Competência: União – art. 153, VI. Mas 50% são repassados para os Municípios, relativamente aos imóveis neles situados – art. 158, II, CF.

Incide sobre a propriedade (é a soma de todos os direitos que alguém possa ter sobre uma coisa), domínio útil (é um aspecto da propriedade, que pode ser destacado e entregue a outrem) ou posse de terra, fora da zona urbana, 1º de janeiro de cada ano.

Não importa a destinação efetiva do imóvel, agrícola ou residencial, o que vale é a sua localização fora da zona urbana. A lei refere como tributável o imóvel por natureza – art. 29, CTN.

Seletividade: o ITR deve ser seletivo, com alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedade improdutivas, não incidindo sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel – art. 153, §4º, CF (consiste em uma imunidade). A lei 9393/96 esclarece algumas isenções, como no caso de imóvel rural compreendido em programa de reforma agrária, dentro das condições mencionadas.

Cálculo do imposto: a apuração e o pagamento do ITR serão efetuados pelo contribuinte, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se a homologação posterior – Lei 9393/96.

7. SIMPLES

Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte. – Lei 9317/96. O simples não é um novo tributo, mas apenas uma forma simplificada, facultativa e favorecida de pagamento de impostos e contribuições.

A simplificação consiste no pagamento unificado de várias contribuições (contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, contribuição para financiamento da Seguridade Social – COFINS, contribuições para a Seguridade Social, referentes às parcelas devidas pelas empresas) e de dois impostos federais (IRPJ e IPI). O ICMS e o ISS também poderão vir integrar o simples, mediante convênio entre a União e o Estado ou Município interessado.

Os percentuais a serem pagos sobre o movimento de cada mês variam de 3% a 7%. O percentual é fixado de acordo com a receita bruta auferida no ano-calendário até o Mês em referência – art. 5º. Se a empresa é contribuinte de IPI acrescenta-se 0,5%. No caso de ICMS e ISS há também acréscimo de 0,5% até 2,5%.

Os participantes do simples não podem se valer de incentivos fiscais, nem de créditos relativos ao IPI e ICMS. Também não podem parcelar impostos.

8. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS - ITCD

Competência: Estados e Distrito Federal – art. 155, I, CF. No caso de imóveis o imposto é recolhido pelo Estado onde se situam. No caso de móveis, pelo Estado onde se processar o inventário ou tiver domicílio o doador – art. 155, § 1º, CF.

9. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS

O ICMS incide sobre a circulação (movimentação da mercadoria dentro da corrente comercial) de mercadorias (são coisas móveis destinadas ao comércio) e sobre dois tipos de serviços: transporte (intermunicipal e interestadual) e comunicação. Fora desses dois serviços, todos os demais vinculam-se ao ISS, ou são isentos, se no estiverem na lista dos serviços tributáveis por ISS.

Competência: Estados e DF – art. 155, II.

Não cumulatividade: o ICMS é não cumulativo, compensado-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores, assemelhando-se nesse ponto com o IPI – art. 155, N 9 2º, I, da CF.

Seletividade: o ICMS pode ser seletivo, em função da essencialidade da mercadoria e serviços – art. 155, § 2º, III.

Considera-se ocorrido o fato imponible no momento da saída de estabelecimento de contribuinte, ainda que para estabelecimento do mesmo titular – LC 87/96, art. 12. Considera-se autônomo cada estabelecimento do mesmo titular – art. 11, § 3º, II.

Substituição tributária: o fisco deixa de lado o contribuinte, atribuindo, desde logo, o encargo do imposto a um substituto, que deve ser pessoa vinculada de alguma forma ao fato - ex. na venda de gado em pé – paga o comprador, o vendedor, contribuinte substituído, não tem obrigação de pagar o ICMS. A substituição tributária vem sendo aplicada em vários setores, como o de bebidas alcoólicas, energia elétrica, cigarros, sorvetes, automóveis, etc. A substituição tributária pode ser progressiva ou regressiva. Na progressiva ou para frente o substituto recolhe o imposto de operações posteriores, ou futuras. Nestes casos, os revendedores (substituídos) não destacarão o imposto nas suas notas fiscais, limitando-se a anotar que já houve recolhimento antecipado, por substituição. Na substituição regressiva, ou para trás, o substituto recolhe o que normalmente seria devido pelo operador anterior (ex. papel). A substituição pode facilitar a cobrança e a fiscalização do tributo mas, quando impõe um ônus excessivo, pode representar uma modalidade de arrecadação contrária à CF.

A base de cálculo nas mercadorias é o valor da operação. A LC 87/96 estabelece os critérios.

Quando a mercadoria é fornecida para uso ou consumo do destinatário (e não para comercialização), o valor do IPI, se houver entra também na base de cálculo – art. 155, § 2º, XI, CF.

As alíquotas podem ser internas, interestaduais e de exportação.

Às vezes há dúvida sobre qual imposto devido, por parecer que uma parte da operação deve ser regida pelo ICMS e outra pelo ISS. O problema surge principalmente no fornecimento de mercadorias acompanhadas de prestação de serviços, ou vice-versa. Algumas regras ajudam na solução: dois serviços pertencem ao ICMS, o restante ao ISS e que para serem tributados devem constar de lei municipal, dentro da relação. Só ICMS: o

fornecimento de mercadorias com prestação de serviço não especificados na lista fica sujeito apenas ao ICMS (ex. fornecimento de refeições em restaurantes). Só ISS: se o serviço estiver na lista, incide apenas o ISS, ainda que a prestação envolva algum fornecimento de mercadoria, considera-se, no caso, a preponderância dos serviços em relação à mercadoria (ex. serviço de dentista, incide sobre o valor somado do serviço e material). ICMS e ISS: se na lista do ISS ressaltar expressamente o outro imposto, incidem conjuntamente o ISS e o ICMS, o primeiro pelos serviços e o segundo pelas mercadorias (ex. paisagismo, jardinagem, recondicionamento de motores).

Só ICMS - mercadoria + serviço fora da lista.
Só ISS - mercadoria + serviço da lista.
ICMS e ISS - mercadoria + serviço da lista + ressalva.

10. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA

Competência: Estados e DF – art. 155, III, da CF.

Incide sobre a propriedade de veículo automotor, abrangendo veículos terrestres, aeronaves e embarcações. Os terrestres podem ser automóveis, motocicletas, ônibus, caminhões, etc.

A base de cálculo é o valor do veículo a cada ano.

Seletividade: o imposto pode ser seletivo, como por exemplo, em relação combustível utilizado.

Repartição de receitas: pertencem aos Municípios 50% da arrecadação – art. 158, III, CF.

É uma obrigação *propter rem*, ou em razão da coisa, o imposto é vinculado ao veículo, não se exigindo nos casos de transferência novo pagamento dentro do mesmo ano.

11. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

A competência é dos municípios – art. 156, I, CF.

Incide sobre a propriedade de imóvel urbano, bem como, a posse ou o domínio útil de imóvel urbano por natureza ou por acessão física.

Imposto predial é o que incide sobre imóvel construído e o territorial é o que incide sobre imóvel sem construção.

A base de cálculo é o valor venal do imóvel, a cada ano, art. 33, CTN. O imposto pode ser progressivo, em razão da função social da propriedade – art. 156, § 1º, CF. O critério deve ser objetivo, vinculado aos terrenos e edificações, e não às pessoas dos proprietários.

12. IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS, POR ATO ONEROSO – ITBI (também conhecido como sisa)

Competência é do Município – art. 156, II.

Incide sobre a transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis (ex. compra e venda) e de direitos reais sobre imóveis (uso, usufruto, direito de habitação), exceto os de garantia, bem como cessão de direitos relativos às transmissões mencionadas.

13. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

A competência é do Município – art. 156, III, CF.

Incide sobre prestação habitual e remunerada, por empresa ou profissional autônomo, de serviço constante da lista de serviços instituída pelo Município, que deve seguir a lista básica do DL 406/68, com a redação da LC 56/87. O município pode deixar de tributar determinado serviço, mas não deve incluir na sua lista serviço que não conste da lista básica.